

GLOBALIZAÇÃO E A PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL

GLOBALIZATION AND THE LOSS OF CULTURAL IDENTITY

Edilson da Costa

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, Mestre em Tecnologia pela UTFPR, graduado em Filosofia pela UFPR e em Ciências Religiosas pela PUC/PR, professor da Faculdade de Campina Grande do Sul (Facsul)
ecofil@gmail.com.

Adriano Alves Klein

Mestrando em Direito Econômico e Social pela PUC/PR, Especialista em Direito Civil pelo Instituto Romeu Bacellar/Unibrasil, graduado em Direito pela PUC/PR, advogado e professor de graduação da Faculdade Educacional de Araucária (Facear)
adrianoklein_adv@yahoo.com.br.

RESUMO

O presente artigo, resultado de pesquisa bibliográfica, tem por objetivo mostrar que o acentuado progresso econômico na era pós-liberalismo criou condições para a consciência da importância da liberdade. Por outro lado, implicou também no aumento da injustiça social e o Estado passou a intervir em todos os seus domínios (econômico, social e cultural), inaugurando, portanto, o Estado Social. Atualmente, cabe ao Estado brasileiro, ainda que sob a influência do neoliberalismo, e não alheio ao processo globalizante, fomentar a cultura nacional, formulando políticas públicas baseado em diretrizes que salvaguardem o desenvolvimento cultural e, ao mesmo tempo, facilitem o conhecimento das demais culturas.

Palavras chave: Globalização. Identidade cultural.

ABSTRACT

As a result of bibliographic research, this paper aims to show that the steep economic progress in the post-liberalism era has created conditions for the awareness of the importance of freedom. On the other hand, it also resulted in the increase of social injustice and the State started to intervene in all of its fields (economic, social and cultural), inaugurating, therefore, the Social State. Currently, even though it is still under the influence of neoliberalism, and not alien to the process of globalization, it is up to the Brazilian State to promote national culture, and formulate public policies based on guidelines that safeguard the cultural development and facilitate the understanding of other cultures.

Keywords: Globalization. Cultural Identity

INTRODUÇÃO

Inicialmente, para fins de situar a atual fase pela qual o Estado passa, torna-se importante resgatar o seu conceito. No Direito Público, o Estado pode ser entendido como o agrupamento de indivíduos, segundo Silva:

estabelecidos ou fixados em um território determinado e submetidos à autoridade de um poder público soberano, que lhes dá autoridade orgânica. É a expressão jurídica mais perfeita da *sociedade*, mostrando-se a organização política de uma *nação*, ou de um *povo* (SILVA, 2004, pp. 553-554).

Hegel, numa abordagem filosófica, indica que o Estado é, primeiramente, a formação interna, como também o desenvolvimento que se refere a si mesmo - o direito interno ou a Constituição. Em segundo lugar, o Estado é “o indivíduo particular, e, por conseguinte em relação com outros indivíduos particulares – o que dá lugar ao direito externo dos Estados”. (HEGEL, 1980, p.15).

Numa abordagem jurídica comum, o Estado pode ser conceituado como sendo a reunião de pessoas vivendo sob um ordenamento jurídico, compreendendo um povo, território e a soberania.

Ao longo da história, três modelos se destacam na concepção do Estado: Estado Liberal, Estado Social e o Estado Democrático de Direito¹.

O Estado Liberal acentua a separação entre o público e o privado e as garantias individuais favorecem os interesses dos detentores da propriedade.

O mínimo de interferência estatal trouxe, inicialmente, alguns benefícios inegáveis, como, o

progresso econômico acentuado, criando-se condições para a revolução industrial; o indivíduo foi valorizado, despertando-se a consciência para a importância da liberdade humana; desenvolveram-se as *técnicas de poder*, surgindo e impondo-se a idéia do *poder legal* em lugar do poder pessoal (DALLARI, 2003, p.277).

“O Estado Democrático de Direito é aquele que se pretende *aprimorado*, na exata medida em que não renega, antes incorpora e supera, dialeticamente, os modelos *liberal* e *social* que o antecederam e que propiciaram o seu aparecimento no curso da História”. (MENDES; COELHO, 2009, p.171).

Dalmo Dallari (2003, p.277) indica que Estado Liberal criou também condições para sua própria superação, primeiramente, face ao ultra-individualismo que, ao ignorar a natureza associativa do homem, deu margem a um comportamento egoísta e vantajoso aos mais hábeis, audaciosos e menos escrupulosos. Segundo ele,

Ao lado disso, a concepção individualista da liberdade, impedindo o Estado de proteger os menos afortunados, foi a causa de uma crescente injustiça social, pois, concedendo-se a todos o *direito* de ser livre, não se assegurava a ninguém o *poder* de ser livre. (DALLARI, 2003, p.277).

No Estado Liberal, é possível perceber que, com a valorização do indivíduo e a proteção da liberdade, foi assegurada uma situação de privilégio para os que economicamente eram fortes (DALLARI, 2003, p.277). Afirma ainda Dallari:

E como acontece sempre que os valores econômicos são colocados acima de todos os demais, homens medíocres, sem nenhuma formação humanística e apenas preocupados com o rápido aumento de suas riquezas, passaram a ter o domínio da sociedade. (DALLARI, 2003, p.278).

Pablo Lucas Verdú ressalta ainda que:

O Estado Liberal de Direito apontava para a consecução da liberdade. Porém, em razão de seu individualismo e da neutralidade que adotava ante as transformações sociais, estava muito longe de realizar a justiça social. (VERDÚ, 2007, p.87).

Após a Crise de 1929 e a II Grande Guerra, surge o denominado Estado do Bem Estar Social (*Welfare State*) como resposta à fase enfrentada pelos países Europeus, tendo como principais objetivos: garantir o bom funcionamento do mercado e defender os direitos dos cidadãos na saúde, educação, alimentação, fundamentando-se na igualdade de oportunidades.

O Estado interveio, portanto, nos seus domínios econômico, social e cultural, “muitas vezes de maneira autoritária, no caso da maioria dos países ocidentais, com a vontade de associar à reconstrução econômica profundas reformas sociais e uma transformação da consciência nacional”. (TOURAINÉ, 2007, p.28).

Ainda que não abandone o interesse capitalista, o Estado Social tem suas bases fundadas no interesse coletivo, com o reconhecimento dos direitos do proletariado e de direitos políticos. “O Estado Social de Direito, por sua vez, volta sua atuação para a manutenção da justiça social”. (VERDU, 2007, p.87).

Ocorre que, na década de 1970 e 1980, esse modelo sofreu diversos questionamentos, em especial quando da crise de Petróleo (72-73), que, segundo Jaqueline Lima Dourado², pode ser identificada por pelo menos quatro causas: 1) a mão-de-obra ficou mais cara, conseqüentemente, ocorreu a diminuição do lucro das empresas; 2) houve uma queda no consumo, aumentando o desemprego; 3) houve um aumento do capital especulativo; 4) iniciou-se a crise fiscal do estado capitalista, necessitando-se diminuir os gastos públicos.

Frente a tais problemas, ressurgem, como uma possível solução, os ideais do Estado Liberal³, mas com uma nova denominação – *Neoliberalismo*³- que defende a liberdade absoluta do mercado e restringe a intervenção estatal sobre a economia.

O início desse discurso neoliberal é marcado por dois nomes: Margaret Thatcher – Inglaterra – que, dentre outras medidas, fez o parlamento britânico aprovar leis que revogavam privilégios dos sindicatos, privatizou empresas estatais, reduziu tributos e estabilizou a moeda; e, Ronald Reggan – Estados Unidos – que, pelas suas medidas, proporcionou um elevado crescimento econômico com redução de impostos, mas, em contrapartida, também teve um elevado aumento da dívida pública.⁴

²DOURADO, Jacqueline Lima. *O estado neoliberal*. Vídeo aula. <<http://www.youtube.com/watch?v=xxN3HOICX7c>> acesso em: 24 set. 2011.

3. O antigo liberalismo econômico era substituído por um novo “liberalismo” que aceitava a intervenção estatal a favor do pleno emprego; as grandes empresas como forma mais eficiente de organização da produção, seguindo planos de crescimento, dimensionando o mercado e introduzindo inovações; as instituições financeiras multilaterais, como reguladoras do dinheiro mundial, com uma cotação fixa para o dólar em ouro (a libra inglesa também teve este privilégio, mas logo teve de abandoná-lo); os partidos políticos (exceto os comunistas, que foram ilegalizados, a partir de 1947, sob a pressão da Guerra Fria); a distribuição de renda através de um regime fiscal progressivo, etc. (SANTOS, 2004, p.31).

4 .Mas a onda neoliberal começou a tornar-se hegemônica. Ela se iniciou com a vitória da Sra. Tatcher como primeiro-ministro da Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos. Neste período, as políticas econômicas dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulamentação da vários mercados, à privatização de várias empresas e atividades econômicas e ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais

Posteriormente, essa concepção política neoliberal expandiu-se por outras regiões, no Brasil, é possível situar o seu início durante o exercício da presidência de Fernando Collor de Mello.

CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO

A globalização marca um novo ciclo de expansão do capitalismo, é um processo de proporções imensuráveis “envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações”. (IANNI, 2002, p.11).

“O termo globalização se presta a várias interpretações” (VIEIRA, 2005, p.69), porém, é defensável a assertiva que a globalização é um fenômeno intrinsecamente vinculado ao neoliberalismo.

Ao longo do último quartel do século XX, o Estado intervencionista foi substituído, quase em toda parte (e quase completamente), por um Estado que procura, sobretudo, atrair os investimentos estrangeiros e facilitar as exportações nacionais, e ao mesmo tempo por empresas que se integram cada vez mais em aglomerados transnacionais e são associadas a redes financeiras que, apoiadas em novas técnicas matemáticas, podem obter lucros importantes da circulação das informações em tempo real. Estas rápidas transformações são a consequência direta de uma internacionalização da produção e dos intercâmbios que vão desembocar na *globalização* da economia. (TOURAINÉ, 2007, p.29).

Globalização, “pode não ser uma palavra particularmente atraente ou elegante. Mas absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas no final do século pode ignorá-la”. (GIDDENS, 2000, p.18).

Rubens Ricupero (2001, p.28) salienta que a expressão globalização possui certa ambiguidade, sendo utilizada até mesmo de maneira contraditória, porém, pode ser reduzida em duas grandes categorias gerais:

medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais. (SANTOS, 2004, p.21).

- 1) as descrições objetivas do fenômeno – que buscam identificar as características que distinguem a globalização como fenômeno histórico;
- 2) e as de natureza ideológica – que ao partir da realidade, existente ou suposta, busca extrair a prescrição de determinadas políticas em matéria de conduta econômica.

De maneira ampla, a globalização pode ser também definida “como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”. (GIDDENS, 1991, p.69).

Devido a sua súbita popularidade, o seu conceito nem sempre é claro (GIDDENS, 2000, p.18). Para Celso Pinto, do Conselho Editorial da Folha de São Paulo, um exemplo para se entender a globalização pode ser:

O furacão financeiro que veio da Ásia passou pela Europa, Estados Unidos e chegou ao Brasil, teve pelo menos uma vantagem didática. Ninguém pode mais alegar que nunca ouviu falar da globalização financeira. Até poucos meses, é provável que poucos soubessem onde ficava a Tailândia ou Hong Kong. Hoje muita gente sabe que um resfriado nesses lugares pode virar uma gripe aqui. Especialmente se fizer uma escala em Nova York (PINTO, Celso. Disponível em <<http://ni.faj.br/nourau/document/get.php/2471/Globaliza%E7%E3o.doc>> Acesso em 23 Ago. 2005).

A globalização, “tem algo a ver com a tese de que agora vivemos todos num único mundo” (GIDDENS, 2000, p.18), daí a utilização de termos recorrentes vinculados a essa idéia, como: aldeia global, *shopping Center* global, fábrica global, etc.

É fato que a globalização é caracterizada grandemente pelo aspecto econômico, porque, nesse campo, seus efeitos são facilmente visualizados, como: o aumento do comércio internacional, o livre fluxo financeiro entre os países, a presença cada vez maior de investidores estrangeiros em território nacional, etc. Para Vieira, “a globalização é aqui compreendida principalmente em sua dimensão econômica dominante de interligação mundial de mercados” (VIEIRA, 2005, p.70).

Além do aspecto econômico, a globalização está relacionada a outros campos: a) social: podem ser observadas as ações conjuntas de países e organizações internacionais para combater epidemias, miséria, exploração do

trabalho infantil, etc.; b) político: as decisões internas levam em consideração o cenário global e suas implicações; c) cultural: o comportamento humano é influenciado pelos meios de comunicação, ou seja, as fontes de informação se uniformizam devido ao alcance mundial, provocando certa homogeneização cultural entre os países.

A globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial. Mas, descreve, também fenômenos da esfera social, como a criação e expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos, etc.). Assim, o termo tem designado a crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo, sobretudo nos últimos 20 anos. (VIEIRA, 2005, p.73).

Esse fenômeno não é um acontecimento recente⁵, pode-se indicar seu início nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial europeia, o que o diferencia do atual momento é a velocidade e abrangência de seu processo, pois, a III Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnica Científica Informacional, criou as condições tecnológicas para o atual estágio da globalização.

Observamos que a globalização econômica que vivenciamos é peculiar pela velocidade, extensão, interconexão da movimentação de mercadorias e informações ao redor do mundo, nunca antes visto na história. Tais fatores contribuíram para o aumento da internacionalização do comércio, produzindo um crescimento gigantesco no comércio mundial, em tal proporção que tomou os Estados impotentes para controlar os fluxos de capitais, cuja dinâmica rompe ou ultrapassa as fronteiras estatais, fazendo com que as fronteiras nacionais começassem a perder sentido. (LIMA, 2001, p.55).

5. Como ilustração, considere o mundo no início do último milênio, em vez de no seu final. Por volta do ano 1000, o alcance global da ciência, da tecnologia e da matemática estava mudando a natureza do Velho Mundo, mas a disseminação naquela época era, em grande parte, na direção oposta da que vemos atualmente. A alta tecnologia do mundo do ano 1000 incluía o papel, a tipografia, a balestra, a pólvora, a ponte suspensa por corrente de ferro, a pipa, a bússola, o carrinho de mão e a ventoinha giratória. Mil anos atrás, esses itens eram amplamente usados na China — e totalmente desconhecidos em qualquer outro lugar. A globalização tratou de espalhá-los por todo o mundo, inclusive pela Europa. (SEN; KLIKSBURG, 2010, p.18).

Ocorre que foi dada uma maior ênfase à globalização após haver-se dissolvido a bipolaridade pós Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1989 – ano da queda Muro Berlim - o mundo vivia no clima da Guerra Fria, de um lado o bloco dos países capitalistas, de outro, o bloco de países socialistas.

Posteriormente à queda do Muro, o sistema de polaridades definidas passou para um sistema de polaridades indefinidas, ou seja, para a multipolarização econômica do mundo, o confronto ideológico (capitalismo x socialismo) dá lugar para uma disputa econômica entre países e blocos de países.

Embora comporte diversas conceituações, no âmbito da política econômica, a globalização, caracteriza-se pelo crescimento da atividade econômica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais de um Estado, em proporções mundiais, buscando o lucro pela livre concorrência.

Liszt Vieira (2005, p.78), citando Alain Touraine, indica que a globalização se apóia em quatro grandes transformações: a) criação de uma sociedade informatizada, com a difusão mundial de indústrias de comunicação que modificam nossa experiência do tempo e do espaço, a natureza das cidades e a relação entre culturas; b) internacionalização do capital financeiro, que auferir mais lucros na movimentação de capitais do que no investimento produtivo; c) a emergência de novos países industriais, sobretudo os Tigres Asiáticos, que associam abertura econômica do mercado com rígido autoritarismo político; d) influência cultural norte americana no resto do mundo.

Entretanto, resta clara a ligação da globalização com o neoliberalismo, especialmente no que diz respeito ao seu aspecto econômico, visto que o neoliberalismo apregoa abertura e liberdade absoluta de mercado, redução de protecionismo e redução de barreiras, fatores propícios e impulsionadores da globalização.

EFEITOS POSITIVOS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização é rechaçada por muitos autores, sendo concebida com um fenômeno unilateral e negativo, imposto pelas empresas transnacionais e pelo neoliberalismo (VIEIRA, 2005, p.103).

Porém, ao se rejeitar a globalização da ciência e da tecnologia, simplesmente porque ela representa a influência e o imperialismo ocidentais

não apenas significa negligenciar as contribuições globais — vindas de várias partes do mundo — que estão solidamente por trás de toda ciência e tecnologia chamadas ocidentais, mas também é uma decisão bastante tola do ponto de vista prático, dada a extensão de quanto o mundo inteiro pode se beneficiar com o processo”. (SEN; KLIKSBURG, 2010, p.19).

Conforme apresenta Liszt Vieira (2005, p.104), é possível encontrar razões positivas ao fenômeno:

1) o processo de globalização é o resultado de forças materiais e espirituais que não podem ser revertidas sem causar custos econômicos, sociais, ecológicos e culturais maiores que os causados pela globalização. O retorno a formas superadas de isolamento nacional afetaria o desenvolvimento de novas tecnologias, reduziria o nível de vida da população, favoreceria as soluções estatísticas, burocráticas e autoritárias, bem como fenômenos diversos de regressão cultural;

2) a solução de problemas globais, como a deterioração ecológica, extrema pobreza e marginalização dos países mais pobres, requerem a reorientação da globalização e não sua reversão ou detenção;

3) o crescimento econômico é favorecido pela globalização e regionalização, assim como, a democratização política, o saneamento ambiental e a internacionalização dos movimentos sociais dos países em desenvolvimento;

4) a globalização constitui a precondição objetiva das transformações futuras em direção a um mundo solidário e pacífico.

E, ainda, Giddens ressalta que “a globalização não é um acidente em nossas vidas hoje. É uma mudança de nossas próprias circunstâncias de vida. É o modo como vivemos agora”. (GIDDENS, 2000, p.29).

IDENTIDADE CULTURAL

O conceito de identidade não é facilmente elaborado, “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. (HALL, 2006, p.08).

Já a cultura em sentido lato “é o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes, assim como todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR *apud* WILLEMS, 1962, p.06).

No contexto histórico, uma vez que a humanidade se construiu dispersando-se sobre quase toda a superfície de terras emersas (WARNIER, 2000, p.66), houve uma formação diversificada da linguística, dos costumes, das crenças, etc.

Portanto, sociedade e cultura são interdependentes, uma não existe sem a outra.

Não há como negar essa asserção enquanto se refere a sociedades humanas. Estas, sim, encontram as possibilidades de sua própria sobrevivência somente no aparelhamento cultural criado por elas mesmas (...) Esta correspondência de sociedade e cultura, no entanto não existe em nível sub-humano. (WILLEMS, 1962, p.17).

A cultura também compreende as regras ou normas da vida social, ou seja, uma sociedade existe, quando os seus membros agem de maneira ordenada, de acordo com regras implícitas ou explicitamente reconhecidas, tais como, os costumes, usos, leis, ordenanças, praxes, etc. (WILLEMS, 1962, p.18).

Avançando um pouco mais no conceito de cultura, pode-se dizer que ela representa o próprio significado do existir humano. Ela se confunde com esse existir, à medida que o significa e o marca como seu criador, mas também como o sentido ou os sentidos de seu existir. (CORRÊA, 2008, p.19).

Ainda que a sociedade seja formada por diferentes membros no que se refere à classe, gênero ou raça, “uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. (HALL, 2006, p.59).

Nesse contexto, uma cultura nacional é um discurso construtor de sentidos que influencia e organiza tanto as ações como as concepções que os membros da sociedade têm de si mesmos (HALL, 2006, p.51). Ao produzir sentidos sobre a nação

sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2006, p.51).

É importante salientar, a observação realizada por Arthur José Poerner (2000, p.13) que afirma que o governo não faz cultura, nem deve fazê-la, porém, deve favorecer a pluralidade da criação, preservando e cuidando de documentos culturais do passado:

O governo não faz cultura, nem deve fazê-la, a não ser quando o ocupam ditadores, preocupados com o culto de sua própria personalidade, ou interessados em fazer da arte e do pensamento armas de domínio. Quando isso ocorre, baboseiras como Mein Kampf são vistas como obras de arte e homens de extraordinária inteligência, como o filósofo Martin Heidegger, se deixam contagiar pela força do totalitarismo e se curvam a artistas como o frustrado pintor dominical Adolf Hittler. Mas, se o governo não faz cultura, deve favorecer a pluralidade da criação artística e literária, ao mesmo tempo que lhe cabe a responsabilidade de cuidar dos documentos culturais do passado, memória da alma das nações. (POERNER, 2000, p.13).

GLOBALIZAÇÃO E A PERDA DA IDENTIDADE CULTURAL

A expressão “aldeia global” pode ser visualizada como uma teoria da cultura mundial, “entendida como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e

outros situam-se no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem”. (IANNI, 2002, p.119).

Além disso, “tornou-se um clichê a afirmação de que vivemos em único mundo” (FEATHERSTONE, 1997, p.123), o planeta tornou-se um território da humanidade. (IANNI, 2002, p.22).

É fato que com a intensificação do ritmo da integração global, acelerou-se o fluxo e os laços entre as nações, impactando diretamente sobre as identidades nacionais.

Portanto, nesse planeta globalizado, verifica-se uma crise de identidade, que faz parte de um processo mais amplo de mudança, que desloca as estruturas e os processos das sociedades, abalando as suas referências centrais (HALL, 2006, p.07).

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando novas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2006, p.09).

Como verificado anteriormente, as culturas nacionais surgem habitualmente com os processos de formação do Estado, porém, uma vez que estes se unem cada vez mais, uns com outros, colocam-se diante de pressões para desenvolver uma identidade cultural coerente (FEATHERSTONE, 1997, p.127), ocorrendo o que é denominado de homogeneização cultural.

Nesta perspectiva, estão aqueles que vêem a globalização com um processo de homogeneização, isto é, de padronização e standardização das atitudes e comportamentos em todo o mundo, colocando em risco a diversidade cultural da humanidade. (VIEIRA, 2005, p.70).

Ângela Kretschmann, entende, porém, que uma das consequências paradoxais do processo de globalização, “a percepção da finitude e da ausência de limites do planeta e da humanidade não é produzir homogeneidade, e sim,

familiarizar-nos com a maior diversidade, com a grande amplitude das culturas locais”. (KRETSCHMANN, 2008, p.312).

É certo que a globalização permitiu o acesso a novas tecnologias, rompeu limites econômicos, geográficos, mas, ao mesmo tempo, face aos vínculos mais intensos entre os países, as consequências relacionadas à identidade cultural foram sendo gradativamente desprezadas.

O fluxo cultural entre as diversas nações e o próprio consumismo global cria possibilidades de identidades partilhadas, tornando, assim, as culturas nacionais mais expostas a influências externas, sendo difícil conservar as identidades culturais intactas ou mesmo impedir que elas se tornem enfraquecidas. (HALL, 2006, p.74). Segundo ele:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar” livremente. (HALL, 2006, p.75).

O fenômeno da dominação cultural não foi criado pela globalização, ainda que esta o torne evidente, podendo até mesmo acentuá-lo, mas esse fenômeno remonta aos primórdios da história, estando ligado à força militar, política ou econômica. Marco Polo e Cristovão Colombo podem ser considerados agentes involuntários dessa dominação (POERNER, 2000, p.16). Poerner afirma ainda que:

A colonização das Américas, desde as proezas e espertezas iniciais do português Caramuru – Diogo Álvares Correia (? – 1557) – e dos espanhóis Hernán Cortes (1485-1547) e Francisco Pizarro (1475-1541), foi um processo constante de dominação, quando do etnocídio cultural. (POERNER, 2000, p.16).

Ainda que a globalização apresente um impacto negativo sobre a identidade cultural, ela também favorece o multiculturalismo e a integração entre as nações, possibilitando a multiplicação de diversidades e uma maior troca de conhecimentos.

Portanto, é possível entender-se que a globalização tem um efeito de contestar e deslocar a identidade cultural, possui um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de novas posições de identificação, tornando as identidades mais posicionais, políticas, plurais e diversas, e menos, fixas, unificadas ou trans-históricas. (HALL, 2006, p.87).

Porém, como afirma Stuart Hall, ainda que seu efeito permaneça contraditório, “parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais””. (HALL, 2006, p.87).

É defensável, portanto, afirmar que ao Estado brasileiro, ainda que esteja sob a influência do neoliberalismo, e não esteja alheio ao processo globalizante, cabe fomentar a cultura nacional, formulando políticas públicas, contendo diretrizes que salvaguardem o desenvolvimento cultural e facilitem o conhecimento das demais culturas (AZEVEDO *apud* POERNER, 2000, p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que não tenha sido objetivo deste trabalho esgotar o tema, até em razão da sua extensão e complexidade, os apontamentos delineados permitem que se chegue às seguintes conclusões:

a) Após o liberalismo que acentuou o progresso econômico, que criou condições para a consciência da importância da liberdade, mas que também aumentou a injustiça social, o Estado passou a intervir em todos os seus domínios (econômico, social e cultural), inaugurando o Estado Social;

b) Com as crises surgidas na década de 70 e 80, o modelo de Estado Social sofreu questionamentos, ressurgindo como possível solução os ideais do Estado Liberal, mas com uma nova denominação – Neoliberalismo – que defende a liberdade absoluta do mercado restringindo à intervenção estatal sobre a economia;

c) Com maior visibilidade nos Estados Unidos (Ronald Reggan) e na Inglaterra (Margaret Thatcher), o neoliberalismo expandiu-se para outras regiões, iniciando-se no Brasil durante o exercício da presidência por Fernando Collor de Mello;

d) A globalização não é um fenômeno recente, pode-se indicar seu início nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, o que o diferencia do atual momento, é a velocidade e abrangência do seu processo, que foi favorecido pela III Revolução Técnica Científica Informacional;

e) Ainda que expressão globalização possua certa ambiguidade, pode ser entendida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, daí a utilização de termos recorrentes como: aldeia global, fábrica global, mundo globalizado, etc.;

f) A globalização não é caracterizada apenas pelo aspecto econômico, está relacionada também a outros campos: social, político e cultural;

g) Resta clara a ligação da globalização com o neoliberalismo, especialmente no aspecto econômico, visto que o neoliberalismo defende a abertura e a liberdade absoluta de mercado, redução de protecionismo e redução de barreiras, fatores propícios e impulsionadores da globalização;

h) O conceito de identidade não é facilmente elaborado, já o de cultura, significa o complexo de conhecimentos, crenças, moral, lei e costumes, adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, podendo-se afirmar que sociedade e cultura são interdependentes;

i) A cultura nacional busca unificar os membros de uma sociedade, numa identidade cultural própria, criando o sentimento de pertencer à uma mesma e grande família nacional;

j) Face à globalização e à consequente integração global, o fluxo e os laços entre as nações foram intensificados, impactando sobre as identidades nacionais, verificando-se, com isso, uma crise de identidade, gerando, também, a denominada homogeneização cultural;

k) A dominação cultural não foi criada pela globalização, esta a torna mais evidente e pode até mesmo acentuá-la, porém, o fenômeno remonta aos primórdios da história, estando ligado à força militar, política e econômica;

l) Mesmo que a globalização apresente um impacto negativo sobre a identidade cultural, é defensável afirmar-se que ela também favorece o multiculturalismo, possibilitando a multiplicação de diversidades e uma maior troca de conhecimentos;

m) Diante disto, uma vez que o Estado brasileiro não pode ficar alheio à globalização e sofre as influências do neoliberalismo, cabe a ele, fomentar a cultura nacional, formulando políticas públicas que salvaguardem o desenvolvimento e facilitem o conhecimento das demais culturas.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Ibpex, 2008.

DALLARI, Dalmo. **Elementos da teoria geral do Estado**. 24.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DOURADO, Jacqueline Lima. **O estado neoliberal**. Vídeo aula. <<http://www.youtube.com/watch?v=xxN3HOICX7c>> acesso em: 24 set. 2011.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura – globalização, pós-modernismo e identidade**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1997

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaciara Lopes Louro. 11. ed. Rio da Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HEGEL, Georg Willhem Friederich. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____. **Teorias da globalização**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

KRETSCHMANN, Ângela. **Universalidade dos direitos humanos e diálogo na complexidade de um mundo multicivilizacional**. Curitiba: Juruá, 2008.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Uma reflexão sobre a política na pós-modernidade**. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v.36. pp. 51-59, 2001.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINTO, Celso. **Folha de São Paulo**. Conselho Editorial Pág.6. 21/12/2012. Disponível em <<http://ni.faj.br/nourau/document/get.php/2471/Globaliza%E7%E3o.doc>> Acesso em 23 Ago. 2005.

POERNER, Arthur José. **A identidade cultural na era da globalização – política federal de cultura no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. **Do terror à esperança – auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida: Ideias e letras, 2004.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Cia. da Letras, 2010.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VERDÚ, Pablo Lucas. **A luta pelo estado de direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

WILLEMS, E. **Antropologia social**. Tradução de Yolanda Leite. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.